



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Por determinação de Sua Excelência e
Presidente da R. R. DAPLEN
8.8.07

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>224304</u>
Classificação <u>05.03.02</u>
Data <u>07.08.08</u>

Requerimento nº

(07/08/07)

Nº 1886/X (2ª) - AC

MENCIONE-SE
PUBLIQUE-SE
EXPEÇA-SE
2007/08/08

Assunto: Ilegalidades e irregularidades no primeiro concurso para professor titular

Apresentado por: Deputado João Oliveira (PCP)

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia da República,

Em resposta a uma queixa apresentada pela Plataforma Sindical de Professores relativa ao primeiro concurso para professor titular, a Provedoria de Justiça veio confirmar a existência de inúmeras preocupações acerca do regime jurídico aprovado pelo Governo, constante do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio. No parecer da Provedoria são confirmadas muitas das questões já anteriormente identificadas pelo PCP, nomeadamente a existência de ilegalidades em algumas das normas do referido Decreto-Lei e de inúmeras situações de desigualdade, injustiça e discriminação verificadas ao longo de todo o processo que prejudicaram milhares de docentes.

Entre as questões identificadas pela Provedoria de Justiça estão a desconformidade de algumas normas do referido Decreto-Lei n.º 200/2007 com o Estatuto da Carreira Docente recentemente aprovado pelo Governo do PS, a diferença de ponderação da classificação de 'satisfaz' e 'bom', os termos em que foi considerado e ponderado o exercício de diferentes cargos pelos docentes para fins de pontuação no concurso, a penalização dos docentes pelo exercício de direitos legalmente previstos em matéria de férias, faltas e licenças ou a discriminação de docentes do 10.º escalão ou dispensados total ou parcialmente de componente lectiva que se viram impedidos de concorrer.

Esta posição da Provedoria de Justiça vem, assim, acentuar o clima de suspeição e dúvida em que decorreu o primeiro concurso para professor titular que, apesar de



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS Grupo Parlamentar

envolver a colocação de apenas 13000 professores, afectou directamente cerca de 30000.

Para o PCP, esta situação não pode ser desligada das alterações introduzidas pelas recentes alterações ao Estatuto da Carreira Docente aprovadas pelo Governo, nomeadamente aquelas que introduziram a categorização e hierarquização na carreira. Este primeiro concurso deixa claro que, tal como o PCP já havia denunciado, a preocupação central do Governo ao introduzir essas alterações era dificultar a progressão dos docentes, atacar os direitos laborais destes trabalhadores e fragilizar a sua condição profissional.

Tendo em conta o número de docentes envolvidos e as funções e competências conferidas aos professores titulares pelo Estatuto da Carreira Docente, são inegáveis os prejuízos que resultariam para o sistema educativo da consolidação das irregularidades verificadas neste concurso. Impõe-se por isso que o Governo assuma as responsabilidades que lhe cabem no sentido de esclarecer as dúvidas em torno das ilegalidades apontadas e de corrigir os inúmeros problemas e injustiças que se foram verificando ao longo de todo o processo, repondo a justiça e a legalidade na colocação desses docentes.

Nestes termos, e ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e da alínea l) do nº1 do artigo 5º do regimento da Assembleia da República, requero ao Governo, através do Ministério da Educação os seguintes esclarecimentos:

1. Que avaliação faz o Governo faz da forma como decorreu o primeiro concurso para colocação de professores titulares?
2. Que avaliação faz o Governo das inúmeras situações de irregularidades e ilegalidades denunciadas pela Plataforma Sindical de Professores?
3. Como interpreta o Governo as dúvidas apontadas pela Provedoria de Justiça quanto à legalidade de algumas das normas do Decreto-Lei n.º 200/2007 e à verificação de irregularidades no concurso em causa?
4. Irá o Governo aceitar as soluções apontadas pela Provedoria de Justiça para os problemas identificados?



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

5. Que medidas está o Governo disposto a tomar no sentido de corrigir as apontadas ilegalidades e irregularidades verificadas no concurso e em que prazo?

O Deputado,

(João Oliveira)